

**Requerimento de informação nº.....**

**Do Sr. Carlos Alberto Leréia**

Solicita informação ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto a respeito do descumprimento da MP 2.183-56 - 24/08/2001, em especial ao que dispõe os parágrafos 5º e 6º do artigo 2º da lei 8.629/93.

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Ex.<sup>a</sup>, com base no Art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Miguel Rosseto, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao não cumprimento da Medida Provisória que coíbe a invasão de terras em território brasileiro.

**JUSTIFICAÇÃO**

Tendo em face a atual posição do Ministério do Desenvolvimento Agrário que descumpre a MP 2.183-56/2001, que estabelece a proibição, por dois anos, das avaliações e vistorias em terras invadidas, exclui do programa de reforma agrária os assentados que participarem de invasões e suspende todos os processos até que as

áreas sejam desocupadas, existe a necessidade de esclarecimento por parte deste Ministério, pois, até a presente data, o referido ministério não tomou as devidas providências em relação aos 41 (quarenta e um) imóveis rurais invadidos no primeiro trimestre deste ano de 2003. E também do porquê dos sem-terra que participaram das invasões não terem sido excluídos ou impedidos de participar do programa. É necessário, também, que sejam fornecidas explicações a respeito da suposta retirada 25 (vinte e cinco) nomes de invasores da listagem de invasores proibidos de participar do programa por esse Ministério.

É necessário que seja comunicado à esta Casa as diretrizes que serão adotadas por esse Ministério em relação à política agrária brasileira posto que, até o presente momento, uma série de informações discordantes têm sido divulgadas pela mídia a respeito de tal política em nome do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A potencial ameaça que invasões e desapropriações de imóveis rurais, sem a interferência da União, têm ao sistema produtivo brasileiro justifica plenamente a necessidade de esclarecimentos por parte do Sr. Ministro ora requerida.

Esperamos, pois, ver o presente requerimento aprovado pelo Plenário, depois de recebido e processado pela douta Mesa.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2003.

Deputado Carlos Alberto Leréia